ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

CRISE ECONÔMICA

Cofres estaduais têm perdas de R$ 221 milhões em receita

Governo esperava alta de 3% no FPE, mas houve retração de 1% no ano

CLODOALDO SILVA

A crise que assola o caixa do Governo federal deixa rastros em Mato Grosso do Sul ao ocasionar perdas de pelo menos R$ 221 milhões nos cofres estaduais por causa da redução nos repasses federais e na arrecadação de ICMS com o gás da Bolívia. Este valor é um dos responsáveis pelo deficit nominal de R$ 230 milhões do executivo estadual até o final do mês passado, que pode se agravar se arrecadação federal continuar a cair.

Além da queda na receita, o incremento no valor desembolsado no serviço da dívida com a União e dívidas extras também contribuem para que "o resultado nominal registre o deficit de R$ 230 milhões", afirmou o secretário adjunto de Governo e Gestão Estratégica (Segov) do Estado, Jader Julianelli.

Na expectativa de receitas, a previsão do Governo do Estado era ter aumento de 3% nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), mas ocorreu uma retração de 1,4% até junho, que em agosto estava em 0,69%. De acordo com o Tesouro Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, de janeiro a agosto deste ano foram repassados ao Estado R$ 558,5 milhões de FPE, contra R$ 562,3 milhões no mesmo período do ano passado.

9,3%

ERA O PERCENTUAL Estimado de aumento do ICMS se não houvesse a queda na arrecadação do gás. Mesmo assim, houve crescimento de 5,3%

Mas a expectativa era de que o valor ficasse em R$ 579,2 milhões, se concretizasse o incremento de 3% que era esperado, mesmo percentual do ano passado. "As transferências do FPE estavam crescendo entre 11% e 12% ao ano, mas a partir de 2014 caiu e no ano passado ficou em 3% e este ano registramos este deficit", enfatizou Julianelli.

Além dessa redução nominal no FPE, há a perda de outros R$ 71 milhões com os benefícios fiscais que a União concede no IPI- Imposto de Renda. "Estes R$ 71 milhões representariam um mês a mais de FPE", ilustrou o secretário-adjunto, completando que também houve a redução de R$ 62 milhões na arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o gás da Bolívia, já que por uma decisão do Governo federal as importações foram reduzidas. O valor caiu da média de R$ 90 milhões/ano para R$ 28 milhões/ano, sendo que mesmo assim a " receita com o ICMS cresceu 5,3% comparado com o ano passado e este incremento chegaria a 9,3% com o gás", enfatizou Julianelli.

GERSON OLIVEIRA

GÁS NATURAL. Principal receita do Estado registrou uma redução de R$ 62 milhões neste ano

Outro fator para as contas nominais negativas é o atraso no repasse de R$ 84 milhões da compensação pelas exportações, mais conhecido como Lei Kandir, pelo Governo federal. Este mês, o governador Reinaldo Azambuja e outros gestores estaduais chegaram a solicitar o repasse, mas não obtiveram êxito.

Para reverter este quadro, o Governo do Estado tem reduzido as despesas de custeio, mas o efetivo sucesso está nas mãos da União, que precisa efetivar a renegociação da dívida do Estado, reduzindo o desembolso anual; repassar o dinheiro da Lei Kandir e acabar com os benefícios fiscais, que tiram receita dos estados.

Queda é de 24% nos repasses de FPM para municípios

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) voltou a frustrar as expectativas dos prefeitos de Mato Grosso do Sul, fechando o mês de setembro 24% menor em relação ao mês anterior; O resultado complica ainda o fechamento das contas públicas no último ano de mandato.

De acordo com a Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul), o repasse referente ao mês de agosto totalizou R$ 75.278.489,08 (milhões) e a previsão para setembro é de R$ 57.390.703,38, uma diferença a menor de 24%, conforme cálculos da entidade. O FPM é repassado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês às prefeituras brasileiras como parte da arrecadação do IR (Imposto de Renda) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

O primeiro repasse de setembro o fundo constitucional totalizou R$ 27.529.106, 61, caindo para R$ 8.761.658,92 no segundo e deve fechar o mês com R$ 20.985.478,12, conforme previsão da STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

A Assomasul explica que desses valores já está incluindo o desconto de 20% para o Fundeb (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A entidade calculou também que houve queda de 4,15% no repasse referente a setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Além de lamentar o declínio das transferências feitas pelo governo federal aos municípios, o presidente em exercício da Assomasul, Antônio Ângelo (DEM), o Toninho da Cofapi, recomenda cautela nos gastos públicos, principalmente no momento em que os gestores públicos operam para fechar as contas no fim do ano.

BRASÍLIA

No próximo dia 5, os prefeitos vão a Brasília participar de mais uma mobilização municipalista promovida pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) a fim de pressionar o Congresso Nacional e o presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP), por liberação de verbas retidas pela União.

A ideia é discutir a renegociação das dívidas municipais, alternativa considerada importante para minimizar a situação de "insolvência" pela qual passa a maioria das prefeituras não apenas de Mato Grosso do Sul, mas de todo o País.

CASSILÂNDIA

Sindicato quer fortalecer a heveicultura

Com objetivo de fortalecer o setor e estimular a atividade de heveicultura, o Sindicato Rural de Cassilândia promoverá, hoje, uma reunião com 25 produtores em atividade no município e região para discutir quais as principais demandas dos produtores rurais.

A iniciativa conta com apoio da Aprobat - Associação dos Produtores de Borracha de Aparecida do Taboado e Região, em funcionamento desde 2015. Segundo levantamento do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado em 2014, os municípios sul-mato-grossenses com maior produção de borracha natural são: Aparecida do Taboado (112 toneladas), Cassilândia (70 toneladas) e Paranaíba (27 toneladas). Ao todo, o Estado produz aproximadamente duas mil toneladas da matéria-prima.

Na oportunidade, serão apresentadas aos convidados as ações disponibilizadas pelo Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural acerca de qualificações e assistência técnica. A informação foi divulgada pelo supervisor regional da região Leste, Vidal Subtil, que acrescentou: "Nosso objetivo é mostrar aos produtores a expertise da instituição no que diz respeito a cursos e orientação técnica, reforçando a importância de atrair novos investimentos para os municípios que já desenvolvam a atividade de heveicultura", pontua.

A reunião acontecerá no salão social do Sindicato Rural de Cassilândia, a partir das 19h. Mais informações no telefone (67) 3596-1391.

SERINGUEIRAS. Município tem forte vocação de plantio

INDICADORES

EURO R$ 3,6184 (↓)

DÓLAR R$ 3,2110 (↓)

BOVESPA 58.393 1,14% (↑)

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 21 de setembro de 2016

CÂMBIO

Em R$

Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,2097	3,2110
DÓLAR TURISMO (BB)	3,1800	3,3200
DÓLAR PARALELO	3,2402	3,2408

INFLAÇÃO

Fonte: **FOLHA**

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	MAI	JUN	JUL	AGO	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,78	0,35	0,52	0,44	9,32
IPCA Esp. IBGE (%)	0,86	0,40	-	-	8,98
INPC/IBGE (%)	0,98	0,47	0,64	0,31	9,82
IGP-M/FGV (%)	0,82	1,69	0,18	0,15	12,21
IGP-DI/FGV (%)	1,13	1,63	-0,39	0,43	11,26
IPC/FIPE (%)	0,57	0,65	0,35	0,11	9,98
IPC (C.GDE) (%)	0,73	0,42	0,39	-	9,34

INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor; **IPC** - Índice de Preços ao Consumidor; **IPC/CG** - Índice de PreçoS ao Consumidor de Campo Grande; **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **IPCA** - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo; **IGP** - Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas; **IGP-M** - Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas; **FIPE** - Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

PISO RURAL

2016 **R$ 963**

POUPANÇA

ABRIL A MAIO (Dep. feitos até 03/05/2012) POUPANÇA	NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12) JANEIRO
19/9 = 0,6334	19/9 = 0,6334
20/9 = 0,6286	20/9 = 0,6286
21/9 = 0,6681	21/9 = 0,6681
22/9 = 0,6927	22/9 = 0,6927
23/9 = 0,7112	23/9 = 0,7112
24/9 = 0,7022	24/9 = 0,7022
25/9 = 0,6862	25/9 = 0,6862
26/9 = 0,6361	26/9 = 0,6361
27/9 = 0,6296	27/9 = 0,6296
28/9 = 0,6588	28/9 = 0,6588
29/9 = 0,6583	29/9 = 0,6583
30/9 = 0,6583	30/9 = 0,6583
1º/10 = 0,6583	1º/10 = 0,6583
2/10 = 0,6633	2/10 = 0,6633
3/10 = 0,6288	3/10 = 0,6288
4/10 = 0,6573	4/10 = 0,6573
5/10 = 0,6896	5/10 = 0,6896
6/10 = 0,6878	6/10 = 0,6878
7/10 = 0,6558	7/10 = 0,6558
8/10 = 0,6929	8/10 = 0,6929
9/10 = 0,6667	9/10 = 0,6667
10/10 = 0,6338	10/10 = 0,6338
11/10 = 0,6635	11/10 = 0,6635
12/10 = 0,6999	12/10 = 0,6999
13/10 = 0,6912	13/10 = 0,6912
14/10 = 0,6689	14/10 = 0,6689
15/10 = 0,6840	15/10 = 0,6840
16/10 = 0,6532	16/10 = 0,6532
17/10 = 0,6238	17/10 = 0,6238
18/10 = 0,6521	18/10 = 0,6521
19/10 = 0,6892	19/10 = 0,6892

UNIDADES FISCAIS

Em R$

UFERMS (Agosto)	23,99
UAM/MS (Agosto)	3,5337
UFIR (Out 00)	1,0641

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos

	Acumulado % até julho(*)				até agosto(*)			
Índices	Trim	Quad	Sem	Anual	Trim	Quad	Sem	Anual
FIPE	0,45	0,99	2,27	5,38	0,54	0,79	2,08	5,49
IGP-DI	-1,63	-1,19	1,13	5,05	-1,12	-1,57	0,34	4,63
IGP-M	-1,48	-0,70	1,34	5,32	-1,61	-1,74	0,68	4,89
INPC	0,99	1,78	3,27	6,33	0,57	1,17	2,80	6,35

*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 21 de setembro de 2016

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	30,00	30,00
Soja (60 kg)	67,00	71,00
Algodão (arroba)	27,00	27,00

Suíno vivo	Mínimo	Máximo
Kg	3,80	3,80

Frango	Mínimo	Máximo
Kg/granja	4,99	5,75

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	144,00	144,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	138,00	138,00

Leite C ao produtor	Mínimo	Máximo
Litro bruto	1,10	1,72

Fontes: Ceasa - www.ceasa.ms.gov.br - conseleite

Preços ao produtor – Campo Grande, MS (em reais, FOB, IMCS Exclusivo)

INSS

Contribuição à Previdência Social

Janeiro/2016

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2016.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.556,94	8
De 1.556,95 até 2.594,92	9
De 2.594,93 até 5.189,82	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 1, de 08 de janeiro de 2016.

Tabela de contribuição dos segurados contribuientes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
880,00	5*
880,00	11**
880,00 até 5.189,82	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo o que se dedique exclusivamente ao trabalhao doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011

** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

OURO

137

Grama - BM&F

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2016 **R$ 880**

IMPOSTO DE RENDA

Maio

Tabela oficial da Receita Federal

Rendimento em (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 1.903,98	Isento	-
de 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
de 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Obs.: **Deduções:** a) Trabalhador assalariado: 1 - R$ 189,59 por dependente; 2 - pensão alimentícia paga por acordo judicial ou por escritura pública; 3 - contribuição à Previdência Social; 4 - R$ 1.903,98 por aposentadoria a quem já completou 65 anos de idade; 5 - contribuições p/a previdência e p/ os Fapi pelo contribuinte; b) Carnê-leão; as mencionadas nos itens 1 a 3 as despesas escrituradas no livro caixa.